



22 DE MARÇO DE 2016

Terça-feira

- MICROEMPRESAS DESCONFIAM DA PROMESSA DE CRÉDITO BARATO
- MICROEMPRESÁRIOS BUSCAM CRÉDITO FORA DOS BANCOS
- ALTA DOS JUROS TEM EFEITO MAIOR SOBRE PEQUENAS EMPRESAS, DIZ ESTUDO
- PETROBRAS REGISTRA PREJUÍZO LÍQUIDO RECORDE DE R\$ 34,8 BILHÕES EM 2015
- ESTADOS TERÃO ALÍVIO NA DÍVIDA DE ATÉ R\$ 45,5 BILHÕES ENTRE 2016 E 2018
- ARTIGO: DESCONTROLE, RECESSÃO E DESEMPREGO
- MERCOSUL PODE SUSPENDER BRASIL EM CASO DE IMPEACHMENT, DIZ CHANCELER
- EXPECTATIVAS DE EMPRESÁRIOS DA CONSTRUÇÃO ESTÃO MENOS PESSIMISTAS, DIZ CNI
- BHP QUER EXTRAIR MINÉRIO DE FERRO NA AUSTRÁLIA POR MAIS DE 100 ANOS
- RESERVAS E CONTA EXTERNA REDUZEM RISCO DE BRASIL NÃO HONRAR COMPROMISSOS, DIZ BC
- GRUPO DE DAKO, GE E BOSCH FALIU; SAIBA O QUE FAZER SOBRE GARANTIAS E PENDÊNCIAS
- TRAGÉDIA DA SAMARCO COLOCA EM RISCO O MAIOR PROJETO DA HISTÓRIA DA VALE
- COBRE RECUA COM DÓLAR MAIS FORTE E DÚVIDAS SOBRE RECENTE RALI NO MERCADO
- INDÚSTRIA BRASILEIRA TEM PIOR DESEMPENHO GLOBAL, MOSTRA ESTUDO DO IEDI
- ARGENTINA NÃO DEVE AMPLIAR ACORDO DE CARROS COM BRASIL
- RESERVAS INTERNACIONAIS PERMITEM QUE BRASIL NÃO RECORRA AO FMI, DIZ BARBOSA
- INADIMPLÊNCIA COM CHEQUES FICA EM 2,27%, DIZ PESQUISA
- PROJETO QUE PERMITE USO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS PARA ESTADOS E MUNICÍPIOS SEGUE PARA A CÂMARA
- VENDAS NA CHINA DESACELERAM EM FEVEREIRO
- HONEYWELL AVANÇA COM PROGRAMA DE TURBOS REMANUFATURADOS
- FCA SUPERA OS 98% DE REÚSO DE ÁGUA NO BRASIL
- RECESSÃO PODE SER A MAIS LONGA DA HISTÓRIA, SEGUNDO FGV

- USINAS A CARVÃO CONSOMEM TANTA ÁGUA QUANTO 1 BILHÃO DE PESSOAS
- AÇÕES DA UE CONTRA EXPORTAÇÕES CHINESAS DE AÇO NÃO RESOLVERÃO PROBLEMAS DA INDÚSTRIA, DIZ CHINA
- VENDA INTERNA DE COMBUSTÍVEL PELA PETROBRAS RECUA 7% EM 2015
- ÓRGÃO DE DIREITOS HUMANOS DA ONU VÊ RISCOS EM RADICALIZAÇÃO DA CRISE POLÍTICA
- MONTADORAS FORTALECEM ESTRATÉGIAS PARA DISPUTAR O MERCADO DE VANS
- REAJUSTADOS OS PISOS SALARIAIS PARA 2016 NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CÂMBIO EM 22/03/2016		
	Compra	Venda
Dólar	3,588	3,588
Euro	4,027	4,029

Fonte: BACEN

Microempresas desconfiam da promessa de crédito barato

22/03/2016 - Fonte: Gazeta do Povo

A tentativa do governo federal de facilitar o acesso ao crédito para pequenos negócios é vista com desconfiança pelo meio empresarial.

Em fevereiro deste ano, o BNDES reduziu as taxas para financiamento de capital de giro de 15,23% para 11,67% ao ano para empresas com receita bruta anual de até R\$ 16 milhões.

Os novos valores entram em vigor neste mês e a estimativa do Sebrae é que as taxas finais cobradas pelos agentes financeiros – que incluem o spread bancário – acabem encarecendo os empréstimos, chegando a juros de 25% ao ano.

Em 2015, as micro, pequenas e médias empresas receberam 27,5% dos recursos desembolsados pelo BNDES e, em todos os casos, o volume de dinheiro aportado diminuiu, impactado pelos efeitos da crise econômica.

Microempresários buscam crédito fora dos bancos

Segundo o gerente da Unidade de Ambiente de Negócios do Sebrae-PR, César Rissete, os bancos estão mais prudentes na liberação de crédito, principalmente para capital de giro. A expectativa, afirma, é que não haja um aumento no volume de crédito e sim uma troca de juros mais caros por mais baratos.

Entre os empreendedores, a principal demanda é por acesso a linhas de capital de giro – dinheiro usado para administrar o dia a dia do negócio.

Pesquisa encomendada pelo Sindicato da Micro e Pequena Indústria de São Paulo (Simpí) ao Datafolha mostra que, para 68% dos empresários entrevistados, o capital de giro foi insuficiente ou pouco durante fevereiro. Entre aqueles que tentaram recorrer a empréstimos, somente 11% conseguiram crédito para pessoa jurídica, enquanto 27% tiveram que recorrer ao cheque especial.

O presidente do Simpí, Joseph Couri, diz que o custo elevado do dinheiro e as “garantias exorbitantes” estão dificultando o acesso ao crédito quando as empresas mais precisam, ou seja, durante a crise. “Não existe crédito no mercado e isso vem se agravando com o aprofundamento da recessão.”

Capital de giro

O aumento da demanda por linhas de capital de giro, situação comum em momentos de crise, também foi verificado no BRDE Paraná. O gerente de Operações para Micro e Pequenas Empresas do banco, Everson Leão, diz que o foco do empresário passou de expansão da capacidade produtiva, com procura por financiamentos para máquinas e equipamentos, para linhas de capital de giro e inovação.

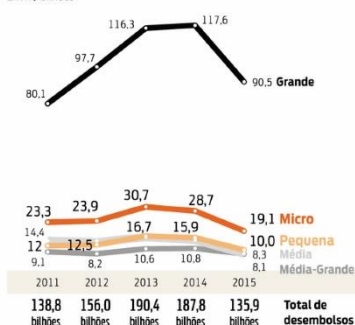
Essas linhas, porém, afirmam os empresários, têm taxas mais altas e exigências mais rígidas para conseguir liberação. O presidente do Sebrae Nacional, Afif Domingos, articula junto ao governo uma maneira de diminuir o spread e fazer com que o dinheiro seja liberado com taxas acessíveis – de 15% a 18% ao ano.

Uma das alternativas é a liberação de mais recursos dos depósitos compulsórios e do FAT, ampliando o microcrédito orientado para empresas com faturamento até R\$ 360 mil, em vez dos atuais R\$ 120 mil. O valor contratado por operação também subiria de R\$ 15 mil para R\$ 30 mil.

OFERTA DE CRÉDITO PARA MPES

Crise segura repasse de crédito para micro e pequenas empresas (MPes) e grande parte do volume de dinheiro disponível segue concentrado para companhias de grande porte. Linhas alternativas surgem como opção de acesso ao crédito para pequenos negócios.

Desembolsos do BNDES por porte de empresa
Em R\$ bilhões



Fonte: BNDES, BRDE e Fomento Paraná. Infografia: Gazeta do Povo.

Valor dos contratos firmados com MPes no Paraná
Em R\$ milhões



*Valores deflacionados pelo IPCA

Microempresários buscam crédito fora dos bancos

22/03/2016 - Fonte: Gazeta do Povo

Mesmo estudando dois anos para empreender, o professor Marco Antônio Coelho enfrentou dificuldades para começar o seu próprio negócio – um food truck de massas inspirado no universo do rock.

Em abril de 2015, ele procurou diversos bancos para conseguir um empréstimo de R\$ 40 mil para abrir o Rock n’Pasta, mas em todos o pedido foi negado. Foi preciso usar o dinheiro que estava aplicado na poupança pessoal para tirar a ideia do papel.

Pesquisa do Sebrae mostra que a grande maioria das pequenas empresas busca crédito fora das instituições financeiras. No primeiro semestre de 2015, apenas 16% buscaram financiamento bancário para seus negócios e metade nem tentou pegar empréstimo entre 2011 e 2015.

O presidente do Sebrae, Afif Domingos, afirma que isso acontece porque “se o dono da padaria do bairro ou o mestre de obras cadastrado como MEI vão ao banco, eles não têm garantias a oferecer, não há linha de crédito adequada e mesmo que o gerente tenha algum financiamento disponível para esse empreendedor, será a juros impagáveis, com preço de agiotagem”.

Alternativas

Cooperativas de crédito, agências de fomento e bancos públicos são alternativas para tentar contornar esses problemas. As instituições possuem linhas que operam com juros menores que os praticados no mercado.

Mas, apesar de as taxas serem mais acessíveis, são feitas diversas exigências para liberação do dinheiro, como estar em dia com todas as obrigações financeiras.

Alta dos juros tem efeito maior sobre pequenas empresas, diz estudo

22/03/2016 - Fonte: Gazeta do Povo



Uma política governamental que em 2015 custou ao país R\$ 428 bilhões tem impacto menor que o desejado devido a outra política, também do governo federal. Estudo inédito aponta que o aumento da taxa básica de juros, a Selic, definida pelo Banco Central, tem efeito menor para empresas que recebem créditos com juros determinados pelo governo do que para companhias sem acesso a esse benefício.

Na prática, isso significa que pequenas empresas sofrem mais com a alta da Selic, pois não têm acesso aos programas de financiamento oficiais com juros menores.

O governo define os juros que bancos públicos emprestam em algumas linhas de crédito, subsidiando parte deles, com a intenção de estimular investimentos de longo prazo e o consumo.

O trabalho, que analisou empréstimos e nível de emprego em 300 mil companhias entre 2006 e 2012, aponta que, quando o BC sobe a Selic, as empresas sem acesso ao crédito dirigido pagam juros maiores, pegam menos empréstimo e reduzem mais a quantidade de empregados em relação às com acesso às linhas de financiamento subsidiadas dos bancos públicos.

O trabalho mostrou que as empresas com acesso aos créditos dirigidos são grandes, o que faz com que os efeitos dos aumentos da Selic sejam sentidos apenas nas pequenas empresas.

“A Selic não tem efeito para firmas muito grandes (mais de 500 empregados), e o efeito é máximo para firmas intermediárias (10 a 50 empregados)”, aponta o trabalho desenvolvido pelos pesquisadores Marcos Bonomo, do Insper; e Bruno Martins, do Banco Central.

Na prática, o crédito para empresas pequenas fica tão caro que elas acabam fora do sistema bancário. Pesquisa do Sebrae aponta que 48% delas nem chegaram a pegar empréstimo em bancos nos últimos cinco anos e a principal forma de se financiar foi atrasando o pagamento de fornecedores (67%).

Controle de inflação

A Selic é a média dos juros pagos pelos empréstimos do governo e é definida pelos diretores do Banco Central em reuniões a cada 45 dias. O banco usa essa taxa como um dos instrumentos para controlar a inflação e estimular ou não o crescimento do país.

Na teoria usada pelo Banco Central, aumentar a Selic tem a intenção de tornar o crédito mais caro, reduzindo sua oferta e, com isso, retirar o incentivo ao consumo. Com menos consumo, as empresas tendem a reduzir preços e a inflação cai. Ao reduzir a Selic, o efeito seria o inverso.

Por outro lado, o aumento da Selic faz o governo pagar juros mais altos para financiar sua dívida. Desde 2013, o BC tem aumentado a Selic para tentar deter a inflação.

O valor pago anualmente pelo governo para quitar os juros que incidem sobre a dívida pública saltou de R\$ 201 bilhões em 2011 para R\$ 428 bilhões em 2015, três vezes mais do que o governo gastou com educação (R\$ 95 bilhões), por exemplo.

Vários economistas vinham apontando que os efeitos de aumento da Selic acabam não sendo os esperados por causa dos créditos que os bancos públicos concedem não vinculados a essa taxa.

É o caso por exemplo da TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) que regula parte dos empréstimos do BNDES para grandes obras e compra de máquinas. Esses empréstimos têm subsídios embutidos que, só num programa feito entre 2009/2014, o PSI (Programa de Sustentação de Investimentos), deixou uma conta de R\$ 240 bilhões.

O trabalho elaborado por Marcos Bonomo e Bruno Martins mostrou que, em 2012, os valores dos empréstimos não afetados pela Selic chegaram a 51% de todos os créditos da economia. A hipótese dos pesquisadores era investigar se as empresas com empréstimos não vinculados à Selic fugiam dos efeitos esperados pelos aumentos da taxa.

Para isso, eles testaram os dados de mais de 300 mil companhias que pegaram empréstimos no período e tinham mais de um empregado registrado.

Mostraram que, para cada um ponto percentual de aumento da Selic, as empresas sem acesso aos empréstimos dirigidos pegavam 3% menos crédito, os juros ficavam 1,15% mais altos para elas e a taxa de emprego nessas firmas caía 1,19%.

Para as empresas com metade de seus empréstimos no mercado dirigido, os efeitos já começavam a diminuir. Nas companhias com 100% de empréstimos fora da Selic os efeitos são bastante reduzidos. A quantidade de empréstimos que tomam cai 2% e taxa de juros para elas sobe 0,63%. Já a taxa emprego retrai apenas 0,73%.

Petrobras registra prejuízo líquido recorde de R\$ 34,8 bilhões em 2015

22/03/2016 - Fonte: Gazeta do Povo



Após ter registrado prejuízo recorde de R\$ 21,587 bilhões em 2014, a **Petrobras** voltou ao vermelho no ano passado. A estatal anunciou nesta noite desta segunda-feira (21) um prejuízo líquido de R\$ 34,836 bilhões em 2015, montante 61% ainda mais adverso do que o acumulado no ano anterior. Esta é apenas a segunda vez desde o início do século que a estatal reporta prejuízo anual.

O resultado de 2015 teve origem no prejuízo líquido de R\$ 36,938 bilhões acumulado entre outubro e dezembro, montante 38,9% pior do que o prejuízo de R\$ 26,600 bilhões reportado no quarto trimestre de 2014.

O prejuízo anual é explicado por uma combinação de fatores e corrobora o momento difícil enfrentado pela estatal desde 2014, quando tiveram início as investigações da Polícia Federal no âmbito da **Operação Lava Jato**.

O balanço de 2015 foi pressionado por perdas bilionárias na linha financeira, resultado da variação cambial e pela queda abrupta na cotação internacional do petróleo. Além disso, a Petrobras informou hoje que o balanço anual foi impactado por ajustes nos ativos imobilizados, processo conhecido como *impairment*, no total de R\$ 49,748 bilhões. A redução da demanda por combustíveis no mercado doméstico, acréscimo em despesas tributárias e maiores despesas com contingências judiciais também pesaram no ano.

A Petrobras informa que o ajuste de *impairment* tem origem no declínio dos preços do petróleo e no aumento das taxas de desconto, reflexo do aumento do risco Brasil pela perda do grau de investimento.

O resultado de 2014 também havia sido impactado por fatores considerados extraordinários. Além da despesa financeira oriunda do efeito da valorização do dólar ante o real e de um impacto provocado pelo início de uma tendência mais forte de queda do petróleo, o balanço daquele ano foi impactado por *impairment* no valor de R\$ 44,345 bilhões.

Apenas a identificação de irregularidades em contratos provocou uma baixa de R\$ 6,194 bilhões naquele ano. A postergação e suspensão de outros projetos também trouxeram ajustes na linha de ativos imobilizados.

O material de divulgação referente ao quarto trimestre de 2015 aponta que o Ebitda ajustado anual da Petrobras, número que tem sido utilizado pela companhia, atingiu R\$ 73,859 bilhões, expansão de 25% em relação ao ano anterior. A receita líquida anual, por sua vez, totalizou R\$ 321,638 bilhões, queda de 5% em relação a 2014.

O resultado financeiro líquido ficou negativo em R\$ 28,041 bilhões em 2015, montante 619% ainda mais adverso do que os R\$ 3,900 bilhões acumulados no ano anterior. O indicador financeiro poderia apresentar despesa financeira líquida maior não fosse a adoção da contabilidade de hedge, uma prática contábil que ameniza o impacto cambial, e consequentemente financeiro, sobre as demonstrações de resultado da empresa.

Apesar disso, a Petrobras informou uma perda cambial de R\$ 9,240 bilhões em 2015 decorrente da depreciação de 47% do real sobre a exposição passiva média líquida em dólar, já considerados os efeitos do hedge accounting.

Em 2014, a depreciação cambial foi de 13,4%. Além disso, a estatal teve perda cambial de R\$ 2,100 bilhões decorrente da depreciação de 31,7% do real sobre a exposição passiva líquida em euro (depreciação cambial de 0,02% no exercício de 2014). No total, a perda cambial atingiu R\$ 11,340 bilhões.

Trimestre

A Petrobras reportou prejuízo líquido de R\$ 36,938 bilhões entre outubro e dezembro de 2015, ante prejuízo de R\$ 26,60 bilhões acumulado no mesmo intervalo do ano anterior. O Ebitda ajustado trimestral somou R\$ 17,064 bilhões, queda de 14,9% sobre 2014. Já a receita líquida acumulada de outubro a dezembro totalizou R\$ 85,103 bilhões, praticamente estável em igual base comparativa.

O balanço do quarto trimestre foi impactado principalmente pelo efeito do impairment, informou a companhia. Nos últimos três meses de 2015, essas despesas atingiram R\$ 46,390 bilhões.

Estados terão alívio na dívida de até R\$ 45,5 bilhões entre 2016 e 2018

22/03/2016 - Fonte: Bem Paraná

Em uma tentativa de mostrar que não está paralisado por causa do processo de impeachment, o governo federal apresentou nesta segunda-feira (21) algumas propostas que alteram as regras sobre os gastos públicos.

Uma delas é o projeto de lei complementar que trata da renegociação das dívidas estaduais, o que pode abrir espaço para que esses governos possam gastar R\$ 45,5 bilhões entre 2016 e 2018.

Somente em 2016, serão R\$ 9,6 bilhões. Conforme já anunciado pelo governo, Estados e municípios terão mais 20 anos para pagar suas dívidas com a União. Foi autorizada ainda a renegociação das operações de crédito contratadas até 2015 junto ao BNDES, com prazo adicional de dez anos, sendo que há carência do principal por quatro anos.

Nesse período, paga-se apenas os juros. Para ter direito ao benefício, os Estados deverão atender algumas exigências.

Durante 24 meses, ficam proibidos: novos reajustes salariais do funcionalismo, novos benefícios fiscais e nomeação de novos servidores. Também é necessário limitar o crescimento da despesa à variação da inflação e reduzir a despesa mensal com cargos de confiança em 10% em relação a junho de 2014.

Além disso, será cobrada uma mini reforma previdenciária do funcionalismo público estadual, com aumento de contribuição e adoção obrigatória de um sistema de previdência complementar, e a aprovação de leis de responsabilidades fiscais estaduais, entre outras exigências.

Ao anunciar a medida, o ministro Nelson Barbosa (Fazenda) afirmou que não há hoje um problema com o estoque da dívida, mas de falta de dinheiro para pagá-la, o que deve ser resolvido com essas mudanças. Alguns Estados pediram ainda um auxílio adicional, a redução de 40% na prestação por 24 meses.

Nesse caso, haverá uma contrapartida adicional: reduzir em mais 10% a despesa mensal de cargos de confiança, limitar despesas de propaganda e publicidade e não realizar novas operações de crédito por oito anos. As demais medidas fiscais estão anunciadas pelo governo neste momento.

Artigo: Descontrole, recessão e desemprego

22/03/2016 - Fonte: Folha de S. Paulo

Nos últimos anos, o Brasil viu debates acalorados sobre a condução da política econômica que deu atenção especial a alguns setores em detrimento de outros. Uns execraram essa política, inclusive por causa das desonerações de encargos salariais. Outros a defenderam com unhas e dentes.

As políticas de juros elevados que colocaram o Brasil na vergonhosa liderança mundial nessa matéria foram duramente criticadas por muitos, inclusive por este articulista, e arduamente defendidas por outros tantos, que queriam aperto monetário ainda maior.

O BNDES concedeu, nos últimos anos, volumosos recursos para financiar grandes projetos de algumas privilegiadas empresas nacionais, com juros módicos, em contraste com as abusivas taxas do mercado livre. O banco estatal foi muito festejado por uns e condenado pela grande maioria.

O governo colocou nas mãos da Petrobras a responsabilidade de cuidar da fatia mais importante das reservas brasileiras de petróleo, obrigando-a a participar como operadora nas concessões e a aportar 30% em todas elas. Essa política contrariou grande parte da opinião econômica e foi defendida por setores que consideram importante e preponderância nacional nesses empreendimentos.

Nestes últimos anos, o governo foi feroz e cotidianamente massacrado pelo descontrole dos gastos, pelo aumento da dívida pública e, em resumo, pela irresponsabilidade fiscal. Muitos consideraram essas críticas tímidas.

A maioria dos observadores constatou o fracasso dos investimentos públicos em infraestrutura, algo que impediu a redução do custo Brasil e inviabilizou investimentos privados. Mas também não houve consenso nessas críticas.

Houve também contestação ferrenha à política de contenção de preços de energia elétrica e combustíveis, que levaram ao tarifaço de 2015. Mas muitos apoiaram a medida no início, porque ela reduzia o custo Brasil, e só passaram a criticá-la quando deu errado e provocou inflação.

Nos últimos anos, foram constantes restrições à política de comércio exterior brasileira, que relegou mercados importantes e deixou de fazer acordos bilaterais por causa do alinhamento no Mercosul. Mas há quem ache que essa política em breve vai se mostrar dominante em meio a uma tendência de crescimento do protecionismo mundial.

Todas essas discussões e muitas outras sobre a condução econômica são pertinentes, mas há momentos em que as divergências precisam ser deixadas para segundo plano. E o Brasil vive um desses momentos.

Não estou a dizer que devemos nos calar quando consideramos as políticas equivocadas ou sufocar os debates. Muito menos que a apuração de malfeitos deva cessar. Observo apenas que o Brasil está naufragando e não é hora de discutir por que não construímos um navio mais resistente. O momento é de lançar mão de botes salva-vidas.

Incentivar o conflito é uma irresponsabilidade. O Brasil precisa de conciliação e união nacional para retomar seu rumo e, aí sim, voltar a discutir questões cruciais, como as reformas na economia e na política.

Se não houver um acordo político para virarmos a atual página, independentemente de quem está ou estará no governo, o país continuará afundando no descontrole, na recessão e no desemprego.

(Benjamin Steinbruch- É empresário, diretor-presidente da CSN, presidente do conselho de administração e 1º vice-presidente da Fiesp. Escreve às terças, a cada duas semanas.)

Mercosul pode suspender Brasil em caso de impeachment, diz chanceler

22/03/2016 - Fonte: R7



A chanceler argentina, Susana Malcorra, afirmou na tarde desta segunda-feira, 21, que o Mercosul pretende divulgar "o mais rápido possível" uma nota de apoio institucional ao governo brasileiro. Questionada se o bloco cogita suspender o País em caso de impeachment da presidente Dilma Rousseff, a ministra de Mauricio Macri respondeu que "poderia existir" uma desvinculação temporária, mas salientou que essa hipótese "ainda" não foi discutida com outros chanceleres.

Uma reunião de emergência entre chanceleres está sendo organizada para tratar da crise brasileira.

"Há uma cláusula democrática no Mercosul e é preciso ver se algum dos requisitos existe e pode ser aplicado. Não estou segura de - e não discutimos ainda - quais seriam as condições. Não está, agora, em nossa agenda que se aplique uma desvinculação temporária de Brasil do Mercosul, mas poderia eventualmente existir", disse Malcorra.

Em 2012, o Congresso paraguaio destituiu em menos de 48 horas Fernando Lugo, razão pela qual o país foi punido com a suspensão, que só pode ser aplicada com voto unânime dos sócios. A equipe de política externa do macrismo, na época oposição a Cristina Kirchner, considerou válido o processo e criticou o castigo.

No ano passado, Macri ameaçou pedir o uso contra a Venezuela da mesma cláusula democrática, que pune nações que saem da normalidade institucional. O argentino exigia a libertação de presos políticos por Caracas. A Argentina recuou depois que uma vitória da oposição venezuelana na eleição parlamentar, em 6 de dezembro, foi reconhecida pelo presidente Nicolás Maduro.

"É preciso ser muito cuidadoso porque a situação institucional está em um ponto de grande fragilidade. O presidente (Macri) disse publicamente que apoia a presidente que foi eleita democraticamente e não pode haver nenhuma forma de mudança que não seja a institucional e democrática", sustentou Malcorra.

Diante do argumento de que a oposição e parte da sociedade brasileira consideram institucional uma mudança de governo por meio do Parlamento, Malcorra reconheceu a complexidade da situação. "É complexo porque há muitas contradições e opiniões nisso tudo. Nossa mensagem é 'não se pode fazer nada contra o que as instituições democráticas e a Constituição estabelecem'", acrescentou.

Vizinhos

Os líderes de vizinhos do Brasil não unificaram posição sobre o tema. O uruguaio Tabaré Vázquez, que preside a União de Nações Sul-Americanas (Unasul), o boliviano Evo Morales e o equatoriano Rafael Correa foram os mais enfáticos defensores da permanência de Dilma no cargo, em declarações dadas no fim da semana passada.

O uruguaio quer que a Unasul emita um comunicado favorável à presidente. Evo pressiona por uma manifestação mais forte: a convocação de uma reunião de emergência no Brasil para "evitar qualquer golpe do Congresso ou judicial".

A reação do Paraguai e da Argentina tinha sido a mais discreta. Malcorra rejeitou em entrevista à Rádio Belgrano na semana passada a insinuação de que seu país tenha dado um apoio frio a Dilma.

Uma punição efetiva do Brasil no Mercosul em razão de um processo de impeachment seria improvável porque o atual governo paraguaio considera normal a deposição pela qual passou Lugo e tende a adotar a mesma linha.

No ano passado, a chancelaria paraguaia reclamou formalmente do uso por Dilma em uma entrevista da expressão "golpe paraguaio", por não considerar que tenha havido um golpe em 2012. Uma ameaça de suspensão, entretanto, poderia ser usada pelos integrantes do bloco como forma de pressão para interferir no processo brasileiro.

A reunião entre chanceleres do Mercosul mencionada por Malcorra não deve produzir resultado no curto prazo. Segundo a diplomacia paraguaia, o chanceler Eladio Loizaga chegaria às 3 horas desta terça-feira, 22, a Tóquio. O encontro deve ser feito por videoconferência.

Macri

No domingo, 20, o presidente argentino foi questionado sobre a crise brasileira em três entrevistas publicadas pelos jornais Clarín, La Nación e Perfil em razão de seus 100 dias de governo. O ocupante da Casa Rosada foi assertivo ao citar como exemplo a Justiça brasileira, em razão da condenação de empresários acusados de corrupção na Operação Lava Jato.

"Gostaria muito que pudéssemos caminhar para um processo de transparência, gerar definitivamente a consciência de que as leis estão para serem cumpridas. Acho que o Brasil deu esse passo", afirmou ao Perfil.

Macri opinava sobre a condenação de Marcelo Odebrecht, citado na reportagem como "dono da maior construtora do País, equivalente ao que foi o grupo Macri nos anos 80". "Falta que nossa Justiça atue de forma independente e com celeridade", complementou o presidente argentino, filho de um dos maiores empresários e empreiteiros do país, Franco Macri.

Ao Clarín, Macri se disse preocupado pelo processo de impeachment aberto contra a presidente Dilma. Questionado se no Brasil haveria a oposição entre populismo e institucionalidade que ele diagnosticou na Argentina, foi seco:

"Não quero opinar sobre isso". "Brasil é um povo muito querido para mim e para a maioria do povo argentino. É nosso principal sócio e claramente esta crise econômica e política nos afeta. Mas tenho que respeitar a política interna de outro país", declarou.

Ao jornal La Nación, Macri afirmou ser dos poucos argentinos que torce pelo Brasil quando seu país é eliminado em um Mundial de futebol. "São nossos irmãos, têm uma energia muito bonita, de muito otimismo, e dói vê-los assim, tão pessimistas e paralisados nessa discussão política. Espero que se resolva logo."

Expectativas de empresários da construção estão menos pessimistas, diz CNI

22/03/2016 - Fonte: Paraná Online

Em março, o índice de expectativas para o nível de atividade da construção civil registrou 40,6 pontos. Em fevereiro, foi de 39,8 pontos. As expectativas melhoraram ligeiramente, mas o setor ainda mantém o pessimismo, segundo a pesquisa Sondagem da Indústria da Construção, divulgada há pouco pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

O índice de perspectivas para compra de insumos e matérias-primas subiu de 38,1 pontos em fevereiro para 39,3 pontos neste mês. O indicador de expectativas para o número de empregados foi de 38,5 pontos para 39,2 pontos no período. O único índice que se manteve estável foi o de expectativas de novos empreendimentos e serviços, em 38,1 pontos. De acordo com a metodologia da pesquisa, o índice varia de 0 a 100 pontos, sendo que valores abaixo de 50 pontos sinalizam pessimismo.

A pesquisa aponta que a indústria da construção civil apresentou queda na atividade e no nível de emprego em fevereiro. Enquanto isso, o índice de evolução do nível de atividade passou de 33,6 pontos em janeiro para 35,2 pontos em fevereiro, o indicador de número de empregados variou de 33,8 pontos para 35,5 pontos no mesmo período. Valores abaixo de 50 pontos sinalizam retração da atividade e do emprego.

O nível de atividade efetivo-usual para o mês, que registrou 25,3 pontos em fevereiro, foi o menor da série histórica iniciada em dezembro de 2009. A utilização da capacidade de operação (UCO) se manteve estável em fevereiro frente a janeiro, em 56%, mas ficou 4 pontos percentuais abaixo do registrado em fevereiro de 2015 e 10 pontos percentuais abaixo da média histórica.

Segundo a CNI, ainda que as expectativas estejam menos pessimistas em relação a fevereiro, a alta ociosidade da indústria da construção continua inibindo os investimentos. Em março, a intenção de investimentos no setor registrou 23,5 pontos e é o menor nível da série histórica iniciada em novembro de 2013.

A pesquisa foi realizada entre 1º e 10 de março com 593 empresas, das quais 183 de pequeno porte, 267 médias e 143 grandes. A pesquisa acompanha a evolução recente da indústria da construção, que representa 20% do Produto Interno Bruto (PIB) industrial, e também mostra o sentimento dos empresários do segmento.

BHP quer extrair minério de ferro na Austrália por mais de 100 anos

22/03/2016 - Fonte: G1

A maior mineradora do mundo, BHP Billiton, espera continuar a extrair minério de ferro de Pilbara, ao oeste da Austrália, por mais de 100 anos e vai divulgar um plano para esse futuro de longo prazo na região nesta segunda-feira, segundo nota da companhia.

A BHP disse que apresentou uma avaliação ambiental estratégica aos governos da Austrália e de Estados ao oeste do país sobre os planos de longo prazo para a região de Pilbara, onde a empresa opera sete minas.

"Nós esperamos continuar a mineração na região por mais de 100 anos, o que nos permite dar um retorno às comunidades que nos suportaram por tanto tempo", disse o presidente de ativos da BHP Billiton Western Australia Iron Ore, Edgar Basto, em nota divulgada no sábado.

Preços da commodity

Uma sobreoferta global de minério de ferro e uma economia mais lenta na China, maior consumidora, atingiram pesadamente os mercados de minério de ferro no final de 2015, com uma queda dos preços que deixou em dificuldades algumas mineradoras menores.

Apesar de uma recente recuperação nos preços, parcialmente como resultado de um cenário melhor para a demanda por aço na China, algumas mineradoras não acreditam que a alta seja sustentável.

Reservas e conta externa reduzem risco de Brasil não honrar compromissos, diz BC

22/03/2016 - Fonte: R7

O diretor de Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos do Banco Central, Tony Volpon, afirmou nesta segunda-feira, 21, em Kyoto, no Japão, que o ajuste cambial no Brasil, a melhora das contas externas e o elevado nível das reservas internacionais diminuem o risco de calotes pelo País.

Ele não usou o termo calote, mas disse que os fatores listados por ele são uma "poderosa combinação" que diminuí o risco de o Brasil não honrar o que deve aos investidores estrangeiros, o que, por sua vez, tem servido como um contraponto às incertezas fiscais.

A fala de Volpon ocorreu durante palestra no "35th Central Bankers Seminar (CBS)", organizado pela Nomura Securities.

Segundo o diretor, essa visão positiva que os estrangeiros podem ter em função do ajuste nas contas externas não reduz a necessidade de uma consolidação fiscal no País. "Ter mais tempo para fazer o que é necessário não pode ser confundido com o não ter que fazer o que é preciso", disse em referência a dificuldade do Brasil em resolver os problemas nas contas públicas.

Para Volpon, o ajuste fiscal é o único que está atrasado e, na avaliação dele, quando feito trará impactos para o crescimento por meio do canal da confiança.

Crise evitada

O diretor de Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos do BC afirmou que o ajuste nas contas externas evitou "algum tipo de crise financeira" no Brasil. Segundo ele, a melhora dessas contas, apesar da recessão e das dificuldades políticas e fiscais, "é um dos motivos de não ter se registrado o que geralmente acompanha os processos de ajuste em muitos países emergentes: algum tipo de crise financeira".

Durante palestra do evento organizado pela Nomura Securities, ele afirmou ainda que, apesar de alguns avanços, o desempenho econômico do Brasil desapontou em 2015.

Volpon tentou ainda ser otimista e disse que, sem diminuir os problemas pelos quais o Brasil tem passado, a visão de que não foi feito progresso em 2015 está errada. "Da perspectiva do processo de ajuste necessário, muito aconteceu que pode servir como base para a recuperação econômica se as escolhas de políticas certas foram feitas", disse.

Além do ajuste no câmbio e nas contas externas, ele vê a redução dos "custos unitários do trabalho" como favoráveis ao Brasil. Sem citar o processo de impeachment em andamento da presidente Dilma Rousseff e as incertezas políticas geradas em função da Operação Lava Jato e que têm paralisado o Congresso Nacional, ele afirmou que as incertezas no Brasil são "essencialmente não-econômicas".

"Uma redução da incerteza, que no Brasil é essencialmente de natureza não-econômica, poderia haver um impacto surpreendentemente rápido no crescimento econômico", ponderou.

Volpon afirmou ainda que há um grande pessimismo sobre o quanto a economia pode crescer após o ajuste externo, monetário e fiscal. Ponderou, no entanto, que os investidores precisam ter cuidado para não cometer o erro do excesso de pessimismo. Ele comparou a situação ao período pós crise de 2008, quando o Brasil apresentou taxas expressivas de crescimento e ocorreu um excesso de otimismo. "Cuidado para não cometer o mesmo tipo de erro, mas na direção oposta", afirmou.

Dívidas soberanas

O diretor do Banco Central afirmou em Kyoto que o financiamento de dívidas soberanas com taxas nominais negativas é o debate global mais importante no momento. Esse processo, segundo ele, traz reflexos para todo o mundo, principalmente para os mercados emergentes.

Volpon observou que as economias emergentes têm passado por ajustes necessários "há um longo tempo" em função dessas políticas monetárias de taxas de juros baixas por alguns países. Avaliou ainda que, passado esse período de ajuste, essas economias devem voltar a apresentar taxas de crescimento sustentáveis, mas em nível menor que o observado antes do início desse processo.

Ele ponderou também que esses ajustes têm feito os emergentes contribuírem para a redução da demanda agregada global e que a "raiz da recessão" está no impacto gerado pela incerteza na demanda.

"Com as políticas certas, o cenário de pós-ajuste pode ser de retorno do crescimento sustentável, mas em níveis menores do que os de antes do processo de ajuste ter início", disse.

Grupo de Dako, GE e Bosch faliu; saiba o que fazer sobre garantias e pendências

22/03/2016 - Fonte: Brasil Econômico



A Mabe Brasil Eletrodomésticos, fabricante responsável pelas marcas Continental, Dako, GE, BSH e Bosch, teve a falência decretada no último dia 10 em processo na 2ª Vara Judicial da Comarca de Sumaré (SP).

Mabe Brasil Eletrodomésticos enfrenta ainda protestos de trabalhadores demitidos com atrasados

A multinacional mexicana que produzia fogões e geladeiras vinha em processo de recuperação judicial há alguns anos e, desde dezembro de 2015, já vem enfrentando problemas com trabalhadores, que acampam nas portas das fábricas por falta de recebimento de direitos trabalhistas após as demissões e, ainda, salários atrasados.

Outra ponta que pode acabar sofrendo consequências é o consumidor que tem pendências como entregas e produtos das marcas da Mabe. Por conta disso, o Procon-SP divulgou um material de como proceder a partir da falência da empresa:

Produtos dentro da garantia legal ou contratual

O consumidor que tiver um produto destas marcas que apresente algum problema poderá procurar o lojista/comerciante no qual adquiriu a mercadoria, dando preferência pela troca por outra de fabricação diversa ou o cancelamento da compra com restituição dos valores pagos. É importante ter a nota fiscal de compra e ordens de serviços anteriores para facilitar o atendimento.

Produtos ainda não entregues

Se o consumidor adquiriu produto de uma destas marcas e ainda não foi entregue, pode procurar o lojista/comerciante no qual adquiriu a mercadoria e solicitar a troca por outra de fabricação diversa ou o cancelamento da compra com restituição dos valores eventualmente pagos.

Nestes dois casos, não havendo solução junto ao comerciante, o consumidor poderá registrar reclamação junto ao Procon de sua cidade.

Produtos fora da garantia

Quando o produto estiver fora da garantia, houver falta de localização de assistência técnica e falta de peça de reposição etc., o consumidor deverá constituir um advogado para habilitação de seu crédito junto a massa falida da empresa.

As pessoas lesadas pela falência ou fechamento podem também obter informações sobre a empresa na junta comercial, com objetivo de identificação dos sócios ou proprietários e a consequente desconsideração da personalidade jurídica pelo judiciário para ressarcimento de prejuízos, se for o caso.

Tragédia da Samarco coloca em risco o maior projeto da história da Vale

22/03/2016 - Fonte: UOL Economia

Já faz cinco meses desde trágico acidente na barragem de Fundão, operada pela Samarco, em Mariana (MG), mas os efeitos deste evento ainda estão longe de acabarem. Não são apenas as multas envolvendo a mineradora e suas controladoras, a Vale (VALE3; VALE5) e a BHP, mas praticamente todas as empresas que atuam no negócio de mineração são impactadas pela tragédia.

Em relatório recente, a equipe do BTG Pactual, liderada pelo analista Caio Ribeiro, destaca que "o efeito cascata da tragédia continua se espalhando pelo país".

Isso porque, a partir de agora, conseguir as licenças essenciais de barragens de rejeitos devem se tornar algo muito mais complicado de se conseguir. Segundo o analista, há em torno de 88 minas que precisam de novas licenças atualmente.

"Dada a sensibilidade do tema após os acontecimentos recentes, a nossa impressão é que os riscos de atrasos neste processo estão aumentando, colocando em risco a produção futura", disse Ribeiro, acrescentando que rupturas de abastecimento no Brasil são um risco crescente para os preços.

No caso da Vale, o maior risco envolve a mina de Brucutu, sendo que o BTG afirma que seria questão de semanas para a companhia ser obrigada a interromper as operações, se não for concedida uma licença de operação logo.

A mina é responsável por cerca de 30 milhões de toneladas de produção da mineradora e acaba sendo envolvida em discussões políticas por ser 1,3% do PIB (Produto Interno Bruto) do Estado de Minas Gerais.

"Estimamos que cerca de 100 milhões de toneladas poderiam estar em risco no Sistema Sul/Sudeste da Vale se os atrasos tornarem-se uma constante", afirma o analista em relatório.

Impacto no S11D

Por outro lado, o maior projeto da história da Vale, o S11D, em Carajás (PA), por ser uma operação de processamento a seco, faz com que os rejeitos sejam utilizados no processo de produção.

Com isso, o analista acredita que a companhia consiga colocar o projeto em operação sem problemas no segundo semestre deste ano.

Mas, mesmo assim, Ribeiro se diz cauteloso em relação ao que vai acontecer. "Com a longa história de atrasos de licenciamento ambiental no Brasil [o S11D foi adiado por mais de 4 anos] e a recente tragédia na Samarco, nós não ficaríamos surpresos de ver o processo de licenciamento ficar muito mais rigoroso do que antes", disse.

Por fim, o analista vê um excesso de oferta de 200 milhões de toneladas em 2018, sendo que ela poderia ser substancialmente reduzida com as potenciais rupturas de abastecimento causadas por estes problemas com licenças.

"Se isso de fato se materializar, os preços do minério de ferro poderiam permanecer em níveis mais elevados a longo prazo" conclui.

Cobre recua com dólar mais forte e dúvidas sobre recente rali no mercado

22/03/2016 - Fonte: UOL Economia

O cobre e outros metais industriais operam em queda nesta terça-feira, pressionados pelo dólar mais forte e dúvidas se a forte valorização do cobre recentemente irá se sustentar.

Por volta das 8h10 (de Brasília), o cobre para três meses negociado na London Metal Exchange (LME) caía 0,1%, a US\$ 5.054,50 por tonelada. Na Comex, a divisão de metais da bolsa mercantil de Nova York (Nymex), o cobre para maio tinha queda de 0,35%, a US\$ 2,2845 por libra-peso, às 8h45 (de Brasília).

O índice do dólar, que acompanha o dólar contra uma cesta de outras moedas, subiu 0,2% na segunda-feira. E como os metais são cotados em dólares, eles se tornam mais caros para os detentores de outras moedas quando o dólar se valoriza.

O dólar tem se valorizado constantemente, com os investidores cada vez mais apostando na alta de juros nos EUA neste ano.

"O [dólar] já pode ter atingido o pico este ano, mas se a possibilidade de uma redução dos juros pelo Fed estiver fora da mesa, o dólar pode ganhar mais força e colocar mais pressão sobre os preços dos metais no curto prazo", afirmam os analistas da BMO Capital Markets.

Os preços do cobre subiram cerca de 8% até agora neste mês, em meio a uma melhora no sentimento relacionado às commodities no geral. Alguns analistas, no entanto, acreditam que o rali tem sido exagerado e que os preços podem sofrer uma correção.

Entre outros metais na LME, o alumínio para três meses recuava 0,8%, a US\$ 1.502,50 por tonelada, enquanto o chumbo caía 0,7%, a US\$ 1.819,50 por tonelada. O estanho perdia 0,4%, a US\$ 16.815,00 por tonelada, enquanto o níquel registrava ganho de 1,4%, a US\$ 8.660,00 por tonelada. O zinco tinha baixa de 0,3%, a US\$ 1.859 a tonelada.

Indústria brasileira tem pior desempenho global, mostra estudo do Iedi

22/03/2016 - Fonte: Isto É Dinheiro

Produção do País recuou 12,4% no 4º trimestre de 2015, enquanto globalmente o setor cresceu 1,9%; na América Latina, queda foi de 4%

A indústria brasileira encerrou 2015 com o pior desempenho entre as principais economias. No quarto trimestre do ano passado, a produção brasileira recuou 12,4% na comparação com o mesmo período do ano anterior. O resultado ficou bem abaixo da produção mundial, que cresceu 1,9% no período, segundo dados do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi).

O levantamento foi feito com base nos dados da Unido (United Nations Industrial Development Organization – um braço das Nações Unidas para a indústria). O descompasso da indústria de transformação brasileira com o restante do mundo fica evidente ao se comparar em detalhes o resultado nacional com o de outros países.

O tombo da indústria da Rússia – outro país em grave situação econômica – foi de 5,7% no quarto trimestre. Na América Latina, a queda foi de 4%, embora algumas nações tenham exibido resultados bem menos preocupantes: a produção do Chile recuou 1,5%, e a da Argentina caiu 0,9%. No México, houve crescimento de 2,2%.

O intenso recuo observado na indústria nacional pode ser explicado pelo já conhecido Custo Brasil – que retira a competitividade do produto nacional – e pela incerteza que passou a dominar a economia brasileira. Com baixa confiança de consumidores e empresários, os investimentos foram postergados pelas companhias, contribuindo ainda mais para a piora do setor industrial.

“A queda da indústria brasileira descola de outras economias, incluindo as latino-americanas. O nível de contração do setor foi sem precedentes”, afirma Rafael Cagnin, economista do Iedi. “A paralisia da construção pesada, os problemas enfrentados pela Petrobrás e o ajuste fiscal feito por meio do investimento público causaram um baque muito grande”, diz Cagnin.

Queda global. A compilação de dados feita pelo Iedi também mostrou que a indústria mundial desacelerou. Nos países em desenvolvimento, a produção industrial avançou 4,6% no quarto trimestre do ano passado na comparação com o mesmo período de 2014. No trimestre imediatamente anterior, a alta havia sido de 4,9%.

No recorte das nações consideradas desenvolvidas, a indústria cresceu 0,2% nos últimos três meses do ano passado. No trimestre anterior, a alta havia sido de 1%.

A desaceleração da economia mundial deverá ser mais um entrave para a retomada do setor industrial brasileiro e, conseqüentemente, da economia nacional. Com a desvalorização cambial e a retração do mercado interno, uma das apostas das empresas brasileiras está na retomada do comércio internacional como forma de mitigar os efeitos da atual recessão.

“Uma das esperanças do País nesse cenário tão conturbado é reativar a economia via exportação”, afirma Cagnin. “Mas a piora dos números é relevante para mostrar que a economia internacional não está tão bem como alguns acham. A recuperação tem sido fraca e vem se arrastando há muito tempo.”

Pelos números do Fundo Monetário Internacional (FMI), a economia mundial cresceu 3,1% em 2015. Neste ano, a previsão do órgão é de uma expansão de 3,6%.

Argentina não deve ampliar acordo de carros com Brasil

22/03/2016 - Fonte: Folha de S. Paulo



Ao contrário do que queria o governo brasileiro, a Argentina não deverá concordar em ampliar o acordo bilateral automotivo neste ano, segundo informações divulgadas pelo jornal "Clarín".

De acordo com o tratado atual, que vence em 30 de junho, para cada US\$ 1,50 em peças e carros vendidos para a Argentina, o Brasil precisa comprar US\$ 1.

A intenção do governo Dilma era tornar o acordo mais amplo, em direção ao livre-comércio que se pretende estabelecer nos próximos anos.

A Argentina, porém, deverá apresentar uma proposta na próxima segunda-feira (28) para manter os negócios como estão por pelo menos até junho de 2017, ainda segundo o "Clarín".

A intenção do governo de Mauricio Macri é proteger a indústria automotiva argentina. Nos dois primeiros meses do ano, houve queda de 25% na produção de veículos no país. No segmento de carros, o recuo chegou a 27%.

O Brasil é apontado como um dos principais responsáveis pela crise no setor argentino, que teve retração de 43% das exportações em janeiro e fevereiro na comparação com igual período de 2015.

Reservas internacionais permitem que Brasil não recorra ao FMI, diz Barbosa

22/03/2016 - Fonte: Agência Brasil

A manutenção das reservas internacionais permite que o Brasil não tenha problemas nas contas externas, disse hoje (21) o ministro da Fazenda, Nelson Barbosa. Ele negou que o governo tenha a intenção de usar as reservas, atualmente em torno de US\$ 375 bilhões, e afirmou que esses recursos dão autonomia ao país para não recorrer a organismos como o Fundo Monetário Internacional (FMI) em momentos de turbulência econômica.

"As reservas dão autonomia para a política econômica brasileira. São elas que permitem que a gente não tenha de discutir política econômica com o FMI. É tanto um desafio quanto uma bênção", declarou o ministro após anunciar o envio de um projeto de lei complementar ao Congresso com medidas fiscais.

O ministro negou que o governo pretenda usar recursos das reservas internacionais para aumentar os investimentos federais. "Não preciso usar as reservas. Para aumentar o investimento no Brasil, preciso do apoio do Congresso. É isso que estou pedindo", declarou Barbosa.

Ainda esta semana, o governo pretende enviar ao Congresso um projeto de lei para alterar a meta fiscal de 2016. O Orçamento Geral da União estipulava meta de superávit primário – economia para pagar os juros da dívida pública – de R\$ 24 bilhões para o Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central).

Em fevereiro, a equipe econômica tinha anunciado que não tinha condições de cumprir essa meta e que enviaria um projeto que autoriza o abatimento de até R\$ 84,2 bilhões, o que faria o Governo Central fechar o ano com déficit de R\$ 60,2 bilhões.

A nova meta leva em conta a frustração de receitas decorrentes da arrecadação menor que o esperado. O projeto pede ainda autorização para o governo gastar R\$ 3 bilhões em ações de prevenção à dengue, à febre chikungunya e ao vírus Zika e R\$ 9 bilhões em obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que estão paralisadas.

Barbosa acrescentou que o valor do déficit primário pode ser revisto em relação ao anunciado no mês passado, mas que nenhuma decisão está fechada e que o número final só será anunciado amanhã (22).

Inadimplência com cheques fica em 2,27%, diz pesquisa

22/03/2016 - Fonte: Agência Brasil

Em todo o país, o percentual de cheques devolvidos pela segunda vez por insuficiência de fundos fechou fevereiro em 2,27%. Segundo a empresa de consultoria Serasa Experian, foi o segundo maior índice de inadimplência para o mês de fevereiro de toda a série histórica, iniciada em 1991.

O maior valor para um mês de fevereiro havia sido a devolução de 2,32% do total de cheques, registrada em 2009. No mês de janeiro deste ano, foram devolvidos 2,41%. Em fevereiro de 2015, o índice chegou 2,19%.

Segundo os economistas da Serasa, o nível elevado da inadimplência com cheques em fevereiro último é decorrente da alta dos índices de desemprego no país, o que afetou a geração de renda e capacidade de pagamento de compromissos financeiros por parte dos consumidores.

Projeto que permite uso de depósitos judiciais para estados e municípios segue para a Câmara

22/03/2016 - Fonte: Agência Senado



- [PLS 183/2015](#)

Será remetido à Câmara dos Deputados nos próximos dias o Projeto de Lei do Senado (PLS) 183/2015, que permite a estados e municípios usar o dinheiro de depósitos judiciais. O projeto faz parte da Agenda Brasil e havia sido aprovado pela Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional (CEDN) no último dia 2. Caso passe pela Câmara sem modificações, ele já poderá ser sancionado.

O tema do projeto é uma das principais reivindicações de governadores e prefeitos para amenizar problemas de caixa. Os depósitos judiciais são valores referentes a processos judiciais e administrativos em andamento que os governos estaduais e municipais devem deixar sob a guarda do Judiciário até a conclusão do litígio. Esse dinheiro não pode ser movimentado.

De acordo com o projeto, os estados e municípios podem usar até 70% do valor desses depósitos como receita para pagar precatórios, dívidas fundadas (superiores a 12 meses) e despesas de capital (não-obrigatórias). O autor do texto é o senador José Serra (PSDB-SP), e a relatoria coube ao senador Blairo Maggi (PMDB-MT).

O texto será incorporado à Lei Complementar 151/2015, que trata do refinanciamento das dívidas dos entes federados com a União. A lei já continha dispositivo assegurando aos estados e municípios o acesso aos depósitos, mas isso não tem se concretizado com a agilidade necessária, segundo Serra.

— Foram aparecendo problemas, seja pelo lado dos tribunais de Justiça, seja pelo lado dos bancos federais. Há artifícios que seguram o pagamento. O projeto enfrenta essas questões que têm aparecido. O relatório me pareceu muito bom — disse o senador no dia da aprovação do texto na CEDN.

O prazo para interposição de recursos ao projeto se encerrou na última sexta-feira (18). Por isso, ele agora segue para a Câmara. Todos os projetos da Agenda Brasil têm apreciação terminativa na CEDN, o que significa que eles não passam pelo Plenário do Senado, a menos que algum senador apresente recurso nesse sentido, o que não aconteceu.

Vendas na China desaceleram em fevereiro

22/03/2016 - Fonte: Automotive Business



Após recuperar o fôlego no último quadrimestre de 2015 com a redução de impostos as vendas de veículos na China voltam a desacelerar. O maior mercado do mundo viu seus emplacamentos diminuírem 1,5% contra igual mês do ano passado, para pouco mais de 1,38 milhão de unidades, afetado pelas comemorações de sete dias do Ano Novo Chinês, que neste ano foi realizada na primeira semana de fevereiro, segundo relatório da consultoria global Focus2Move divulgado na segunda-feira, 21.

O volume considera apenas veículos leves, como automóveis, SUVs e minivans. Além do ano novo, o relatório destaca que uma combinação de fatores afetou o mercado no mês passado, como mudanças estruturais na economia, gerando demanda reprimida e excesso de capacidade em alguns segmentos. A queda em fevereiro interrompe o período de seis meses de crescimento das vendas.

Já no acumulado do primeiro bimestre o mercado chinês absorveu 3,6 milhões de veículos novos, representando crescimento de 5,1%, embora abaixo da alta de 7,3% prevista pela CAAM, associação que reúne as montadoras na China.

Em um mercado onde concorrem cerca de 94 marcas, a Volkswagen, com 510 mil unidades, liderou os emplacamentos nos dois primeiros meses do ano, volume que a deixou com 12,2% do mercado. Contudo, na análise de fevereiro, a montadora viu suas vendas caírem 14% sobre igual mês de 2015 com 196,9 mil unidades.

A chinesa Changan na vice-liderança e com fatia de 6,2% no bimestre emplacou 261,9 mil unidades, seguida pela conterrânea Wuling, cujas vendas somaram 219,5 mil unidades no período. Buick, Ford e Toyota aparecem nas posições imediatamente

seguintes. A Honda é a décima colocada após outras três marcas chinesas, mostrando que neste acumulado de dois meses dominaram o ranking das 10 marcas mais vendidas. Confira abaixo as 10 marcas mais vendidas na China no acumulado do primeiro bimestre:

Rank Feb	Rank 2016	Brand	Sales Feb	Sales 2016	Var Feb	Share Feb	Share 2016
1	1	Volkswagen	196.908	510.045	-13,9%	12,2%	12,2%
2	2	ChangAn	107.799	261.927	-5,9%	6,7%	6,2%
3	3	Wuling	91.547	219.589	-25,1%	5,7%	5,2%
5	4	Buick	65.337	188.765	10,4%	4,0%	4,5%
4	5	Ford	71.342	170.674	13,7%	4,4%	4,1%
7	6	Toyota	59.977	161.022	10,8%	3,7%	3,8%
8	7	Great Wall	59.301	158.049	-4,2%	3,7%	3,8%
11	8	Dongfeng	52.167	152.064	5,9%	3,2%	3,6%
6	9	Baojun	62.043	144.170	210,3%	3,8%	3,4%
10	10	Honda	52.753	138.198	36,3%	3,3%	3,3%

Honeywell avança com programa de turbos remanufaturados

22/03/2016 - Fonte: Automotive Business



A Honeywell avança na América Latina com seu programa de turbos remanufaturados, o Reman Original Garret, que recupera turbocompressores usados com a substituição de peças desgastadas por componentes novos, totalmente reformados pela própria fábrica.

Uma campanha para divulgar o produto está percorrendo a rede de distribuição, pontos de vendas autorizados e de serviços cujo mote é "Por que Arriscar?", que alerta sobre a importância de instalar turbos remanufaturados com certificação de origem e sobre os riscos ao optar pelos reconicionados oferecidos no mercado, geralmente mais baratos e sem procedência identificada.

Lançada no ano passado no Brasil, a linha oferece turbos usados montados e testados com os mesmos procedimentos técnicos dos originais fornecidos às montadoras. Eles também recebem a mesma garantia de fábrica de um turbo zero-quilômetro (um ano sem limite de quilometragem) e são repassados para o mercado de reposição por um valor abaixo de um novo.

"Nosso programa tem o objetivo de facilitar o acesso dos transportadores a um produto de qualidade, garantido pela fábrica e com preço reduzido, evitando que os caminhões fiquem parados", afirma Eric Fraysse, vice-presidente mundial da Honeywell para o mercado de reposição, que neste mês esteve no Brasil e em outros países da região para promover a campanha do Reman Original Garret.

O executivo considera que o programa se enquadra perfeitamente ao momento atual

de retração da economia, fortemente refletida no setor automotivo brasileiro, principalmente no segmento de veículos comerciais pesados. Ele acrescenta que a instabilidade econômica atual reduz o volume de vendas de caminhões e ônibus, mas que o mercado brasileiro é muito forte e que a Honeywell pretende contribuir para a sua retomada.

“Esperamos atingir volume superior a 12 mil turbos Garrett até dezembro e ampliar gradativamente as vendas nos próximos anos”, revela Fraysse.

O programa sul-americano é exatamente igual ao lançado na Europa há dois anos. Os turbos usados são recolhidos pela rede de vendas e serviços e levados à fábrica, no caso do Brasil, em Guarulhos (SP), onde serão submetidos a uma rigorosa avaliação técnica.

A partir dela serão substituídas as peças consideradas desgastadas por componentes novos e originais, como rotores, atuadores, sistemas de mancais, anéis de pistão, de vedação e de retenção, entre outros.

Também são submetidos aos processos de balanceamento e de calibração com as mesmas especificações dos componentes originais e na mesma linha de montagem. Eles também serão atualizados em termos de componentes, conforme a evolução técnica dos produtos.

O turbo remanufaturado pela fábrica tem os mesmos níveis de durabilidade e eficiência e também entrega o mesmo desempenho ao veículo quando comparado a um turbo novo.

FCA supera os 98% de reúso de água no Brasil

22/03/2016 - Fonte: Automotive Business

A FCA - Fiat Chrysler Automobiles – superou o índice de 98% de reúso de água em suas unidades brasileiras: a da Fiat, em Betim (MG), alcançou índice de 99,4% de recirculação, recorde no País, enquanto a de Goiana (PE), com menos de um ano de operação atingiu os 98%.

“É o maior complexo de tratamento de efluentes líquidos em capacidade e tecnologia do Nordeste”, afirma o gerente de meio ambiente, saúde e segurança do trabalho da FCA para a América Latina, Cristiano Felix. “Em Betim, a redução do consumo por veículo produzido foi de 25% em cinco anos”, informa.

Segundo o executivo, a regra é não desperdiçar: a água utilizada nos vasos sanitários, irrigação das áreas verdes, tanques da pintura, entre diversos outros processos, vem do reúso.

A unidade mineira cujas atividades iniciaram em 1976 já começou com tecnologia para tratar 100% do efluente gerado. Os investimentos em sistemas de recirculo da empresa começaram há mais de 20 anos. Em 2010, a fábrica da Fiat ganhou novo fôlego para a atividade de tratamento com a instalação das tecnologias de membranas (MBR) e osmose reversa para reúso de 99% da água tratada. Entre 2014 e 2015, a empresa investiu R\$ 4 milhões, ampliando o índice para 99,4%.

O projeto de recirculação de água também está presente em outras soluções identificadas pelos próprios funcionários, que em todos os níveis hierárquicos, estão engajados na economia do recurso natural. Ainda em Betim, nos últimos quatro anos, 133 projetos sugeridos pouparam 427 mil metros cúbicos de água, volume equivalente ao consumo de 10,7 mil pessoas/ano.

Recessão pode ser a mais longa da História, segundo FGV

22/03/2016 - Fonte: O Globo



A recessão brasileira pode ser a mais longa e a mais intensa da História do país. Segundo projeções divulgadas ontem pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), o Produto Interno Bruto (PIB, conjunto de bens e serviços produzidos no país) deve encolher em todos os trimestres de 2016, na comparação com o ano passado.

Se a previsão estiver correta, será uma sequência de 11 quedas trimestrais consecutivas, tão longa quanto a registrada entre 1989 e 1992. A incógnita é 2017: se o primeiro trimestre do ano que vem também for de retração, esta será a crise mais duradoura já registrada.

Nas contas da economista Silvia Matos, do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre/FGV), a atividade econômica acumulará queda de 9%, no período entre o segundo trimestre de 2014 e o último de 2016. Será o pior ciclo da História, considerando a intensidade do tombo. A dúvida é se será também o mais longo período recessivo. Já há sinais de que o primeiro trimestre de 2017 será negativo, mas ainda há incertezas sobre essa previsão, destaca Silvia.

— Podemos chegar, eventualmente, a ter recessão até durante todo o ano de 2017. A recessão atual já é a mais intensa. Há risco de ser também a mais longa — explica a analista.

O cálculo da FGV considera uma queda de 3,4% do PIB em 2016, projeção considerada otimista diante dos dados mais recentes do mercado financeiro. O boletim Focus, divulgado ontem pelo Banco Central, projeta retração de 3,6% neste ano — maior que a esperada na pesquisa da semana anterior, de 3,54%. Foi a nona semana seguida de piora nas expectativas.

Para o ano que vem, no entanto, a previsão da FGV é mais pessimista que a mediana do mercado: queda de 0,4%, contra expansão de 0,44% indicada no Focus. A pesquisa do BC prevê ainda inflação de 7,43%. A projeção caiu pela segunda semana seguida. Mas a Taxa Selic deve permanecer em 14,25% ao ano, esperam os economistas.

Já o cenário político, com o aumento da pressão pelo impeachment da presidente Dilma Rousseff, parece ter se refletido nas previsões para a cotação do dólar. O Focus reduziu em R\$ 0,05 a cotação esperada para a divisa no fim deste ano: R\$ 4,20. Foi a quinta diminuição seguida. Para 2017, os analistas reduziram pela segunda vez seguida a cotação, passando de R\$ 4,34 para R\$ 4,30.

CRISE FISCAL PREOCUPA

A instabilidade em Brasília ainda não entrou nas contas da FGV. A entidade trabalha com um cenário de manutenção do governo, com alguma capacidade de governabilidade. Com isso, as projeções da fundação não preveem, por exemplo, alta nem queda abrupta do risco-país — que tem efeito sobre câmbio e cenário fiscal.

A possibilidade de choques provocados por mudanças políticas, porém, já é considerada pelos economistas. Aloisio Campelo, superintendente adjunto de ciclos econômicos do Ibre/FGV, responsável pelas sondagens empresariais, prevê impacto nos indicadores de confiança:

— Quando se percebe a possibilidade de alguma ação, a confiança avança. Isso ocorreu no impeachment do Collor. Mas depois voltou a cair, e só subiu em 1994.

Já Bráulio Borges, economista-chefe da LCA Consultores, trabalha com probabilidade de mais de 90% de impeachment da presidente Dilma. Para estimar o impacto de uma mudança de governo na economia, ele tenta extrapolar a reação positiva do mercado financeiro às notícias desfavoráveis ao Planalto da última semana.

— Essa “lua de mel”, um benefício da dúvida dado a um eventual novo governo, poderia significar um crescimento do PIB (em 2017) de 1 a 1,5 ponto percentual acima do que se prevê atualmente — afirma Borges, que destaca que são necessários ajustes mais duradouros.

Para Armando Castelar, da FGV, a saída da crise passa pela solução do quadro fiscal. O economista, no entanto, teme que pouco seja feito para solucionar o problema nos próximos anos:

— Não existe a sensibilidade social de que há um problema. O pessoal não foi para a rua pedir reforma da Previdência

O mercado financeiro, por sua vez, viveu um dia de trégua no clima de euforia. Depois de três quedas consecutivas, o dólar comercial fechou em alta de 0,75%, a R\$ 3,61.

A cotação da moeda americana sofreu influência da ação do Banco Central, que vendeu contratos de swap cambial reverso, que funciona como uma compra de dólar no mercado futuro e ajuda a puxar o câmbio para cima. Já a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) teve valorização de 0,70%, aos 51.171 pontos.

Usinas a carvão consomem tanta água quanto 1 bilhão de pessoas

22/03/2016 - Fonte: O Globo



O conjunto de todas as centrais de carvão do planeta consomem uma quantidade de água equivalente a 1 bilhão de pessoas, afirmou nesta terça-feira o Greenpeace em um relatório, que denuncia um setor já criticado por sua emissão de carbono.

A ONG alertou contra a multiplicação de centrais, responsáveis por exercer uma enorme pressão sobre as principais bacias hidrográficas do mundo e sobre as populações que vivem em suas imediações.

No relatório intitulado “A grande apropriação da água: como a indústria do carvão está agravando a crise global da água”, divulgado em Hong Kong, a ONG ambiental convoca os governos a reduzir drasticamente sua dependência desta energia fóssil.

“Ao decidir continuar fazendo grandes investimentos no setor de carvão para alimentar suas economias nas próximas décadas, os governos dirigirão o mundo a um futuro onde a rivalidade por recursos hídricos escassos será ainda mais desesperada”, afirma o documento.

Para elaborar este relatório, o Greenpeace estudou os dados de 8.359 centrais de carvão em todo o mundo, com informações de outras 2.600 unidades em fase de projeto.

A organização explica que quase todas as etapas do ciclo utilizam água, de sua extração a sua purificação, passando pelo tratamento de resíduos. “Segundo nossos cálculos, apenas as centrais existentes já consomem 19 bilhões de metros cúbicos de água doce no mundo todos os anos”, afirma o documento.

“Isso significa que, a cada ano, as 8.359 centrais de carvão do mundo consomem um volume de água suficiente para responder às necessidades básicas de mais de um bilhão de pessoas”.

Mais de 40% das centrais existentes ou em projeto se encontram em zonas de uma grande variabilidade hidrológica.

O Greenpeace cita a China, a Índia e a Turquia como os países com maior número de centrais ou de projeto de construção, em zonas com escassez de água.

“Os responsáveis não são conscientes das quantidades de água utilizada” por este tipo de instalações, disse à AFP um funcionário de alto escalão da ONG, Harry Lammi.

Os governos que persistem no carvão também colocam em risco sua economia e a ordem pública ao conceder o uso destas reservas de água à indústria, em vez de direcioná-las à população, considera a organização não governamental.

As energias fósseis, entre elas o carvão, produzem três quartos das emissões de gás de efeito estufa, responsável pelo aquecimento global.

Em um relatório de 2015, as Nações Unidas estimaram que, se a gestão da água não for modificada, “em 2030 o planeta enfrentará um déficit global de 40%”.

Ações da UE contra exportações chinesas de aço não resolverão problemas da indústria, diz China

22/03/2016 - Fonte: R7

O pedido da União Europeia por medidas adicionais contra importações de aço chinês não vai resolver os problemas enfrentados pela indústria siderúrgica global e vão afetar a ordem no comércio internacional, afirmou o Ministério do Comércio da China nesta segunda-feira.

“A indústria global como um todo está enfrentando problemas por causa da fraca recuperação econômica e esfriamento da demanda... A real razão para as dificuldades da indústria siderúrgica europeia é a redução da competitividade”, disse o ministério em comunicado.

A Comissão Europeia anunciou planos na semana passada para acelerar casos de defesa comercial contra importações baratas da China e pediu para os países membros do bloco para pôr fim a medidas que impedem a imposição de taxas contra importações subsidiadas ou dumping.

Venda interna de combustível pela Petrobras recua 7% em 2015

22/03/2016 - Fonte: Exame Abril



A retração da atividade econômica e a redução do poder de compra do brasileiro contribuíram para que as vendas de combustíveis feitas pela Petrobras apresentassem queda quase generalizada no ano passado.

A comercialização de combustíveis no mercado interno atingiu 2,789 milhões de barris diários, variação negativa de 7% em relação ao mercado existente em 2014.

As vendas de diesel, principal mercado em termos de volume comercializado, alcançaram 923 mil barris diários, retração de 8% sobre o ano anterior.

O diesel é consumido em grande escala por caminhões, uma atividade da economia que depende do desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) para crescer. O PIB brasileiro encolheu 3,8% em 2015.

Já as vendas de gasolina, outro importante mercado para a estatal, encolheram 11%, para 553 mil barris por dia. Nesse caso, pesa, além da renda do brasileiro, a menor competitividade do combustível em relação ao etanol após os reajustes anunciados no final de 2014 e em setembro do ano passado e o aumento do teor de etanol anidro na gasolina C, de 25% para 27%.

Pressionada pelo fraco desempenho dos dois principais combustíveis comercializados pela Petrobras, a subcategoria derivados fechou o ano com retração de 9% em relação a 2014, para 2,234 milhões de barris por dia vendidos.

Não estão incluídos nessa categoria de combustíveis os alcoóis, nitrogenados renováveis e outros e o gás natural.

O único segmento a apresentar elevação no mercado doméstico foi o mercado de alcoóis, nitrogenados renováveis e outros, com a comercialização de 123 mil barris por dia. Em relação a 2014, houve alta de 24%.

A retração das vendas no mercado doméstico pressionou o balanço global da Petrobras. As vendas totais, incluindo exportações e o mercado externo, movimentaram 3,845 milhões de barris diários em 2015, queda de 3% em relação ao ano anterior.

No mercado externo foram comercializados 1,056 milhão de barris por dia, variação positiva de 10% em igual base comparativa. A elevação, nesse caso, foi puxada principalmente pelo aumento de 30% das exportações, reflexo do desaquecimento da demanda no mercado interno.

Trimestre

Considerando apenas os dados do quarto trimestre, a produção total da Petrobras atingiu 3,872 milhões de barris por dia, queda de 3,4% em relação ao intervalo de outubro a dezembro de 2014.

As vendas no mercado doméstico somaram 2,713 milhões de barris diários, retração de 11,2% sobre o ano anterior. No mercado externo, as vendas atingiram 1,159 milhão de barris diários, expansão de 21,4%.

Mais uma vez o resultado foi afetado negativamente pela venda de diesel e gasolina. Foram vendidos 907 mil barris diários de diesel entre outubro e dezembro, queda de 10,2% em relação a igual período do ano anterior. As vendas de gasolina, por sua vez, encolheram 12,7% sobre 2014 e atingiram 562 mil barris por dia.

Os números divulgados pela Petrobras consideram a venda de diesel, gasolina, óleo combustível, nafta, GLP e querosene de aviação (QAV), alcoóis, nitrogenados renováveis e outros e gás natural.

Preços

O valor médio do derivado básico comercializado pela Petrobras ficou em R\$ 228,18 por barril em 2015, alta de 1% em relação ao ano anterior.

A variação positiva acompanha a política da estatal de adotar um reajuste por ano no preço da gasolina e do diesel. Após ter aplicado aumento no final de 2014, a companhia voltou a reajustar o preço dos combustíveis em setembro passado.

A elevação recente explica o aumento de 4,6% no preço médio dos derivados básicos no quarto trimestre de 2015 em relação ao mesmo período do ano anterior, para R\$ 239,36 por barril.

Órgão de direitos humanos da ONU vê riscos em radicalização da crise política

22/03/2016 - Fonte: DCI



O Alto Comissariado de Direitos Humanos da ONU se manifestou pela primeira vez desde o acirramento da crise política brasileira e demonstrou preocupação com "um círculo vicioso" que afete "a credibilidade tanto do Executivo quanto do Judiciário".

Em um apelo tanto aos atuais ocupantes do governo federal como aos demais partidos políticos, a Organização das Nações Unidas disse esperar que os agentes públicos brasileiros "cooperem totalmente" com as autoridades judiciárias nas investigações sobre "suposta corrupção de alto nível, para evitar quaisquer ações que possam ser vistas como um meio de obstruir a Justiça", mas lembrou que o Judiciário deve atuar com "escrúpulos, dentro das regras do direito doméstico e internacional, evitando adotar posições político-partidárias."

"Estamos preocupados com a possibilidade de que um círculo vicioso possa estar sendo desenvolvido que acabe afetando a credibilidade tanto do Executivo como do Judiciário", disse Rupert Colville, porta-voz da ONU.

Nesse inédito posicionamento da organização sobre a crise política brasileira, a entidade faz cobranças a todos os agentes protagonistas da atual situação ao se dizer "preocupada com os debates cada vez mais politizados e acalorados" registrados nas últimas semanas no País.

Para o Alto Comissariado, essa situação ameaça causar "um sério dano de longo prazo para o Estado e para as conquistas democráticas feitas nos últimos 20 anos nos quais o Brasil tem sido governado sob uma Constituição que dá fortes garantias de direitos humanos".

Montadoras fortalecem estratégias para disputar o mercado de vans

22/03/2016 - Fonte: DCI



O segmento de furgões e vans vem sentindo a queda significativa da atividade em comércio e serviços. Para sobreviver ao difícil período que se desenha, montadoras investem em novos produtos e no pós-vendas para ganhar participação de mercado.

É o caso da Renault, que aposta na rede Pro+ de serviços ao cliente para conseguir aumentar sua fatia no segmento. "O nosso pós-venda tem se tornado um diferencial mês a mês. Neste ano, devemos aumentar o nosso market share", afirmou ao DCI o diretor de vendas a empresas da Renault no País, Alexandre Oliveira.

O executivo explica que a retração da atividade no comércio e em serviços impactou muito o desempenho do segmento de furgões e vans. Recentemente, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelou que o volume de serviços prestados recuou 3,7% nos últimos doze meses terminados em janeiro, "o pior desempenho para o mês na série histórica", com perdas generalizadas.

Uma outra pesquisa do IBGE apontou baixa de 5,2% nas vendas no varejo na mesma comparação, devido a menor demanda das famílias, reforçando a percepção.

"O segmento em que atuamos acaba sofrendo diretamente com a retração da economia", pondera Oliveira.

De acordo com a Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabreve), a categoria de furgões - que tem o Renault Master e o Fiat Ducato na liderança - encerrou 2015 com queda de 37,6%.

Já em furgões de pequeno porte, cujos líderes são o Fiat Fiorino e o Renault Kangoo, a retração das vendas atingiu 36,8% no ano passado. "Ainda assim, mantivemos o share na categoria da Master e aumentamos participação em 1.4 ponto percentual com a Kangoo", comemora Oliveira.

A Mercedes-Benz também celebra o aumento de participação, mesmo com o mercado instável. "Tivemos um crescimento expressivo em meio a um cenário desafiador", avalia o gerente sênior de vendas e marketing de vans no Brasil, Carlos Garcia.

Ele revela que a marca aumentou o market share com a Sprinter de 21,6%, em 2014, para 24,5% no ano seguinte. "Temos uma capilaridade grande devido à nossa rede e pretendemos ampliar a atuação principalmente no varejo, onde somos fortes", destaca.

Garcia salienta que a Mercedes está trabalhando para apoiar especialmente o pequeno empreendedor, um grande foco da empresa. "Vamos ampliar a atuação em feiras de empreendedorismo para mostrar os produtos e oferecer test drive", acrescenta.

Ele acredita que, neste ano, o mercado brasileiro de vans será semelhante ao registrado em 2015. "Consideramos a manutenção dos números como um crescimento", diz Garcia. "E nós trabalharemos para manter o que conquistamos."

Já a Renault acredita que o negócio de frotistas tem um grande potencial de crescimento neste ano.

"Por conta da crise, as empresas estão locando veículos em vez de comprá-los, o que abre espaço para renovação da frota", pontua Oliveira. Ele acrescenta que o atendimento especializado na categoria semileve deve garantir fidelização à marca.

"Existe um vazio no atendimento a esse tipo de cliente e nós vamos aprimorar a rede Pro + para entregar o veículo mais rapidamente, por ser usado para trabalho e não lazer", pondera o executivo.

Aposentadoria da Kombi

A extinção da Kombi, da Volkswagen, deixou uma notável lacuna no mercado brasileiro. Contudo, tanto Renault quanto Mercedes passaram a atuar recentemente na categoria com as mesmas dimensões do furgão da Volks.

"No fim do ano passado, lançamos a Vito, que tem dimensões semelhantes à Kombi. Mas nosso produto já existia no mercado europeu", explica Garcia. Segundo ele, o modelo da Mercedes vem para preencher uma lacuna que existe no Brasil.

"A Vito chegou para atuar em uma categoria que não existe no País", observa. Já a Renault está trabalhando seu recente lançamento, o Master L1. "Devemos incrementar nossos volumes através do segmento de vans intermediárias, que é uma oportunidade do consumidor subir de categoria", aposta Oliveira.

Reajustados os Pisos Salariais para 2016 no Estado do Rio Grande do Sul

22/03/2016 - Fonte: COAD

Reajustados os Pisos Salariais para 2016 no Estado do Rio Grande do Sul

O Governador do Estado do Rio Grande do Sul, através da Lei 14.841-RS, de 21-3-2016, publicada no Diário Oficial do Estado do dia 22-3-2016, reajustou, com efeitos a partir de 1-2-2016, os pisos salariais dos trabalhadores do Estado, que passam a vigorar da seguinte forma:

- | | | | | | | | | | |
|----|---|-------|---|----|-----|-----------|------|-----|-----------|
| a) | 1ª | faixa | - | de | R\$ | 1.006,88, | para | R\$ | 1.103,66; |
| b) | 2ª | faixa | - | de | R\$ | 1.030,06, | para | R\$ | 1.129,07; |
| c) | 3ª | faixa | - | de | R\$ | 1.053,42, | para | R\$ | 1.154,68; |
| d) | 4ª | faixa | - | de | R\$ | 1.095,02, | para | R\$ | 1.200,28; |
| e) | 5ª faixa - de R\$ 1.276,00 para R\$ 1.398,65. | | | | | | | | |

- para a categoria dos empregados domésticos o piso salarial passa a ser de R\$ 1.103,66.

Veja a íntegra da Lei 14.841-RS/2016:

"LEI Nº 14.841, DE 21 DE MARÇO DE 2016.

Dispõe sobre o reajuste dos pisos salariais no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul para as categorias profissionais que menciona, com fundamento na Lei Complementar Federal nº 103, de 14 de julho de 2000, que autoriza os Estados e o Distrito Federal

a instituir o piso salarial a que se refere o inciso V do art. 7º da Constituição Federal, por aplicação do disposto no parágrafo único do seu art. 22.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

Faço saber, em cumprimento ao disposto no artigo 82, inciso IV, da Constituição do Estado, que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono e promulgo a Lei seguinte:

Art. 1º - O piso salarial a que se refere o inciso V do artigo 7º da Constituição Federal, nos termos da Lei Complementar Federal nº 103, de 14 de julho de 2000, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, será:

I - de R\$ 1.103,66 (um mil, cento e três reais e sessenta e seis centavos) para os seguintes trabalhadores:

- a) na agricultura e na pecuária;
- b) nas indústrias extrativas;
- c) em empresas de capturação do pescado (pesqueira);
- d) empregados domésticos;
- e) em turismo e hospitalidade;
- f) nas indústrias da construção civil;
- g) nas indústrias de instrumentos musicais e de brinquedos;
- h) em estabelecimentos hípicas;
- i) empregados motociclistas no transporte de documentos e pequenos volumes - "motoboy"; e
- j) empregados em garagens e estacionamentos.

II - de R\$ 1.129,07 (um mil, cento e vinte e nove reais e sete centavos) para os seguintes trabalhadores:

- a) nas indústrias do vestuário e do calçado;
- b) nas indústrias de fiação e de tecelagem;
- c) nas indústrias de artefatos de couro;
- d) nas indústrias do papel, papelão e cortiça;
- e) em empresas distribuidoras e vendedoras de jornais e revistas e empregados em bancas, vendedores ambulantes de jornais e revistas;
- f) empregados da administração das empresas proprietárias de jornais e revistas;
- g) empregados em estabelecimentos de serviços de saúde;
- h) empregados em serviços de asseio, conservação e limpeza; e
- i) trabalhadores nas empresas de telecomunicações, teleoperador (call-centers), "telemarketing", "call-centers", operadoras de voip (voz sobre identificação e protocolo), TV a cabo e similares; e
- j) empregados em hotéis, restaurantes, bares e similares.

III - de R\$ 1.154,68 (um mil, cento e cinquenta e quatro reais e sessenta e oito centavos), para os seguintes trabalhadores:

- a) nas indústrias do mobiliário;
- b) nas indústrias químicas e farmacêuticas;
- c) nas indústrias cinematográficas;
- d) nas indústrias da alimentação;
- e) empregados no comércio em geral;
- f) empregados de agentes autônomos do comércio;
- g) empregados em exibidoras e distribuidoras cinematográficas;
- h) movimentadores de mercadorias em geral;
- i) no comércio armazenador; e
- j) auxiliares de administração de armazéns gerais.

IV - de R\$ 1.200,28 (um mil, duzentos reais e vinte e oito centavos), para os seguintes trabalhadores:

- a) nas indústrias metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico;
- b) nas indústrias gráficas;

- c) nas indústrias de vidros, cristais, espelhos, cerâmica de louça e porcelana;
- d) nas indústrias de artefatos de borracha;
- e) em empresas de seguros privados e capitalização e de agentes autônomos de seguros privados e de crédito;
- f) em edifícios e condomínios residenciais, comerciais e similares;
- g) nas indústrias de joalheria e lapidação de pedras preciosas;
- h) auxiliares em administração escolar (empregados de estabelecimentos de ensino);
- i) empregados em entidades culturais, recreativas, de assistência social, de orientação e formação profissional;
- j) marinheiros fluviais de convés, marinheiros fluviais de máquinas, cozinheiros fluviais, taifeiros fluviais, empregados em escritórios de agências de navegação, empregados em terminais de contêineres e mestres e encarregados em estaleiros;
- k) vigilantes; e
- l) marítimos do 1º grupo de Aquaviários que laboram nas seções de Convés, Máquinas, Câmara e Saúde, em todos os níveis (I, II, III, IV, V, VI e VII e superiores);

V - de R\$ 1.398,65 (um mi, trezentos e noventa e oito reais e sessenta e cinco centavos), para os trabalhadores: técnicos de nível médio, tanto em curso integrados, quanto subsequentes ou concomitantes.

§ 1º - Consideram-se compreendidos nos incisos e alíneas integrantes do "caput" deste artigo as categorias de trabalhadores integrantes dos grupos do quadro anexo do art. 577 da Consolidação das Leis do Trabalho.

§ 2º - Consideram-se abrangidos por esta Lei todos os trabalhadores que não forem integrantes de uma categoria profissional organizada e não possuem lei, convenção ou acordo coletivo, que lhes assegure piso salarial.

§ 3º - A data-base para reajuste dos pisos salariais, a partir de 2016, é 1º de fevereiro.

Art. 2º - Os pisos fixados nesta Lei não substituem, para quaisquer fins de direito, o salário-mínimo previsto no inciso IV do art. 7º da Constituição Federal.

Art. 3º - Esta Lei não se aplica aos empregados que têm piso salarial definido em lei federal, convenção ou acordo coletivo e aos servidores públicos municipais.

Art. 4º - Nos contratos que forem firmados pelo Poder Executivo e pelo Poder Legislativo a partir da vigência da presente Lei, bem como nos aditivos dos contratos em vigor, os salários dos trabalhadores não poderão ser inferiores ao previsto no inciso I do art. 1º desta Lei.

Art. 5º - O valor de referência previsto no "caput" do art. 1º da Lei nº 11.677, de 17 de outubro de 2001, que dispõe sobre a remuneração mínima a ser paga para os servidores públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações de Direito Público, passa a ser R\$ 1.200, (um mil, duzentos reais e vinte e oito centavos) a partir de 1º de fevereiro de 2016.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2016.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 21 de março de 2016.

Registre-se e publique-se.

JOSÉ IVO SARTORI

Governador do Estado

MÁRCIO BIOLCHI

Secretário Chefe da Casa Civil"